

ROSILENE MOREIRA PANTOJA

Curso de Psicopedagogia

**ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA JUNTO Á CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL: O ATENDIMENTO EDUCATIVO ESPECIALIZADO
(AEE) COMO POSSIBILITADOR DA INCLUSÃO**

Orientadora: Ms. Márcia Paiva de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba

JOÃO PESSOA

2014

ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA JUNTO Á CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: O ATENDIMENTO EDUCATIVO ESPECIALIZADO (AEE) COMO POSSIBILITADOR DA INCLUSÃO

Rosilene Moreira Pantoja*

Márcia Paiva de Oliveira**

RESUMO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, que visa refletir sobre a importância da intervenção psicopedagógica no contexto da sala de atendimento educativo especializado (AEE), junto às crianças com deficiência, na perspectiva da inclusão. Tal levantamento teórico possibilitará aos profissionais da área da educação a desenvolverem um olhar crítico acerca da inclusão de alunos com deficiência, sobre sua atuação e os resultados de sua ação, com o objetivo de conscientizar e refletir sobre a educação inclusiva. O resultado desta pesquisa é o de promover mudanças de paradigma no que se diz a respeito à aprendizagem do indivíduo com deficiência no contexto escolar regular. Portanto, o estudo tem como tema central analisar teoricamente o uso psicopedagógico da sala de AEE e seus recursos multifuncionais, evidenciando tal âmbito como um instrumento facilitador no processo de escolarização de alunos com dificuldade de aprendizagem decorrente de deficiências, fazendo uma ponte teórica com a intervenção psicopedagógica. O aporte teórico para tal estudo teve como fontes de consultas livros, artigos científicos, leis e sites especializados nos temas que contribuíssem para a resposta aos objetivos propostos. Portanto, essa pesquisa buscou verificar a aplicabilidade da sala de AEE no processo educativo e os benefícios para a aprendizagem, bem como, evidenciar seus pressupostos práticos que proporciona desenvolvimento ao indivíduo em seu contexto socioeducativo.

Palavras-chave: Inclusão. Sala do AEE. Intervenção Psicopedagógica.

ABSTRACT

This study is characterized as a literature search, which aims to reflect on the importance of pedagogical intervention in the context of specialized educational service room (ESA), with children with disabilities from the perspective of inclusion. Such theoretical survey will enable education professionals to develop a critical eye on the inclusion of students with disabilities on their performance and the results of their actions, with the aim of raising awareness and reflect on inclusive education. The result of this research is to promote paradigm shifts in what is said about learning of the individual with disabilities in the regular school setting. Therefore, the study is focused on theoretical analysis of psycho-pedagogical use of AEE room and its multifunction capabilities, showing such a context as a facilitator in the learning process of students with learning difficulties arising from deficiencies, doing a theoretical bridge with the intervention psicopedagógica. The theoretical basis for this study as sources of consultations, books, scientific articles, laws and specialized sites on topics that contribute to the response to the proposed objectives. Therefore, this research aimed to verify the applicability of the ESA room in the educational process and the benefits for learning, as well as demonstrate its practical assumptions that development provides the individual at the childcare context.

Keywords: Inclusion. Living the ESA. Psycho intervention.

* Graduada do curso de Psicopedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Endereço eletrônico: Pantoja-pantoja@ig.com.br.

** Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professora do curso de Psicopedagogia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Formação Continuada de professores acerca da Inclusão. Endereço eletrônico: maciapaiva@ufpb.com.br

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como foco analisar a importância da intervenção psicopedagógica no contexto da sala de atendimento educativo especializado (AEE), junto às crianças com deficiência alunas de escolas públicas. É consenso a importância do trabalho psicopedagógico no desenvolvimento da criança com dificuldades de aprendizagem, decorrentes ou não de deficiências. Contudo nos deteremos a analisar o atendimento educativo especializado em crianças com deficiência intelectual.

O processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular tem sido um tema mundial e amplamente discutido na área da educação. No Brasil o assunto iniciou-se com a Declaração de Salamanca (1994), sendo um marco do movimento pela inclusão. As crianças do final do século XX e início do século XXI testemunham conquistas da sociedade, no que se refere a uma evolução das tecnologias digitais, inclusive nos jogos, brinquedos e brincadeiras infantis. Atualmente, tudo que se faz sofre algum tipo de influência da tecnologia.

No campo educacional, muitos profissionais ainda não adotaram as atividades lúdicas como aliadas ao processo ensino-aprendizagem, e sim como mera atividade de passar o tempo curricular. Isso é agravado pela ausência de oportunidades que muitas crianças das classes populares têm de vivenciar domesticamente as atividades lúdicas que favoreçam o desenvolvimento infantil, especialmente em se tratando de criança com deficiência. Na sala de AEE o lúdico é um caminho didático cotidiano.

A opção por trabalhar o tema da análise do impacto das intervenções psicopedagógicas no contexto da sala do AEE se deve ao estágio supervisionado, desenvolvido pela pesquisadora em uma instituição escolar, no campo da Psicopedagogia. Esse âmbito, é importante não só para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, mas na própria intervenção psicopedagógica.

Portanto, o interesse em desenvolver uma pesquisa sobre a análise da influência das interações infantis nas atividades do AEE para o desenvolvimento da aprendizagem, foi crescendo através da constatação da existência de dificuldade da inserção de jogos, brinquedos e brincadeiras como ferramenta pedagógica na sala de aula regular, especialmente na escola pública em que desenvolvi o estágio institucional. Tais ferramentas são amplamente utilizados no trabalho educativo especializado (AEE).

Portanto, o interesse em empreender esse estudo se deu através da observação do cotidiano, quando se constatou que as crianças estão assumindo novas linguagens e posturas lúdicas, próprias do contexto sócio cultural e histórico, mas que os educadores não têm feito uso didático da ferramenta lúdica, como acontece no contexto do AEE. Sendo estas ferramentas também próprias na avaliação e intervenção psicopedagógica junto às crianças com déficit cognitivo.

Diante do exposto, pretende-se investigar *A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PSICOPEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA SALA DO AEE*. Sendo assim, objetivamos analisar a sala de atendimento educativo especializado como locus de trabalho psicopedagógico para a ampliação das possibilidades de desenvolvimento do aluno com deficiência. Para obtenção deste objetivo, buscamos ainda: 1) Analisar a possibilidade de ação psicopedagógica da sala do AEE; 2) Identificar o que dizem os teóricos acerca dos impactos da sala do AEE na inclusão escolar do aluno com deficiência;

A realidade mostra que a instituição de ensino não está preparada para incluir os alunos com deficiência e nem de dar atendimento adequado a essa demanda. Os professores tentam adequar suas práticas pedagógicas, porém precisam estar preparados ou especializados para essa área com conhecimento nos recursos materiais e tecnológicos, diante disso pergunta-se: 1) Até que ponto as atividades na sala do AEE têm influenciado no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças com deficiência? 2) Como a dinâmica dos educadores da sala de AEE pode influenciar numa aprendizagem prazerosa e significativa na vida dos aprendentes com deficiência? 4) Como as práticas de avaliação e intervenção psicopedagógica trabalham para o desenvolver a aprendizagem na educação inclusiva no contexto de AEE?

Desta forma, acredita-se que esse é um tema relevante, e trará dados para novas pesquisas, não só na área da Psicopedagogia e Educação, mas em outras áreas do campo das Ciências Humanas. A pesar de se tratar de um estudo teórico.

Dando continuidade ao trabalho, abordaremos a seguir o aporte teórico que vem trazer dados a respeito da inclusão escolar e o AEE, bem como sobre as contribuições da Psicopedagogia nesse contexto. Nas considerações finais, trazemos o que foi encontrado como conclusão da pesquisa bibliográfica, as limitações e as possíveis contribuições do Psicopedagogo no contexto da escola inclusiva, mais especificamente na sala de AEE ou sala de recursos multifuncionais.

A RESPEITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sabemos o quanto ainda é polêmico o processo de inclusão do indivíduo com deficiência no contexto escolar. Apesar de ser um dado já posto em lei, ainda não acontece a contento, apesar do empenho de muitos educadores que têm buscado caminhos para realizar o que se encontra na Lei nº 9.394 e que é um direito inquestionável desses cidadãos com deficiência.

A educação é uma questão de direitos humanos e os indivíduos com deficiência devem fazer parte das escolas. Isso é consenso entre todos: poder público, legisladores, educadores e sociedade civil em geral. Mesmo assim, sendo hoje a inclusão escolar um fato previsto em lei, como foi dito anteriormente, percebemos que muitas crianças ainda estão em sala de aula com atividades

limitadas e limitadoras, principalmente pela dificuldade que muitos professores têm de planejar conteúdos e de comunicar-se com o aluno com alguma deficiência, até pela limitação na formação docente, para o trabalho com alunos com limitações.

A inclusão no meio escolar tem causado entre pais, alunos e professores muitas dúvidas de como lidar com a questão. Embora a escola trabalhe com o aluno com deficiência e as crianças convivam normalmente no meio escolar, o professor ainda tem dificuldade em preparar uma aula inclusiva e os demais educadores ainda não atenderam o verdadeiro sentido da inclusão, que vai além da inserção de indivíduos com deficiência na escola.

Para Stainback e Stainback (1999, p.21 e 25),

[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. [...] O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado e de pedagogos qualificados, experiências educativas apropriadas, ferramentas e técnicas especializadas, das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços dos quais necessitam, mas em ambiente integrado, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades.

Levando em conta esta definição de ensino inclusivo e partindo da premissa que nossa sociedade é composta por uma variedade de seres humanos e que a escola é um contexto social, não tem como não contemplar em seus espaços a diversidade. A escola não pode permanecer como um espaço social que não reflete o que realmente é a sociedade, pois é dentro dela que se dá grande parte das aprendizagens humanas e como não aprender dentro dela, a convivência com as diferenças.

A razão mais importante para a inclusão é o valor social; é a criança sentir-se integrada no seu grupo, com todas as condições de aprendizagem, apesar da diferença. O segredo está justamente em como atender a inclusão e facilitar o aprendizado das crianças com limitações. A arte de facilitar a inclusão envolve criatividade, desejo de mudanças, elevação da auto-estima do educando, redimensionamento de ações e de vencer os medos que provocam os limites. (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p.22).

Stainback e Stainback (1999, p.23) apresentam um levantamento dos ganhos que cada segmento da comunidade escolar tem com a inclusão dos alunos com deficiência na escola regular. Afirmam que todos os alunos se beneficiam do processo de inclusão, pois desenvolvem atitudes positivas mutuamente, que são ganhos em habilidades acadêmicas e sociais de preparação para a vida em comunidade.

Os benefícios da inclusão para os professores também são levantados por esses autores supra referidos, ressaltando a necessidade e a possibilidade das habilidades destes profissionais, o que

serve como um impulso ao desenvolvimento de uma atmosfera de coleguismo, colaboração e apoio entre os profissionais a fim de promoverem, com a participação de todos, o aperfeiçoamento necessário ao desafio da inclusão.

Quanto à complexidade do processo educativo inclusivo, tornam-se necessárias reflexões constantes, a fim de garantir profissionais mais críticos e capazes de trabalhar tanto individual, quanto coletivamente, superando barreiras e criando cidadania.

Existem, indiscutivelmente, benefícios para a sociedade, onde estão inseridos os membros da comunidade escolar inclusiva, que aprendem que, apesar das diferenças existentes entre os cidadãos, estes têm direitos iguais dentro da sociedade.

O trabalho educativo na escola inclusiva deve pautar-se na sensibilidade dos alunos com desenvolvimento típico com relação às diferenças, buscando a solidariedade, cooperação e possibilidades de experimentação. Cada um é importante na medida em que executa suas atividades considerando suas possibilidades e a possibilidade do outro.

De acordo com o Decreto 6.571/2008 o aluno com deficiência é aquele que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, intelectual, sensorial e mental. O mesmo documento tem como objetivo assegurar a inclusão dos alunos nas instituições de ensino regular e orientar a melhor forma de nortear esse processo, bem como a organização da escola, desde a estrutura até a formação continuada de professores e diálogos com todos que fazem parte da escola e principalmente o AEE (atendimento educativo especializado).

Sendo assim, a Política Nacional de Educação Especial (PNE) determina a criação de salas de recursos com o intuito de dar condições para uma aprendizagem com qualidade e nesse ambiente todas as atividades desenvolvidas precisam ser planejadas, junto à uma equipe multidisciplinar e esse atendimento não substitui o ensino regular é realizado sempre em horário oposto da classe comum.

Portanto, com vistas a promover esses direitos efetivamente, criou-se o AEE, que é o atendimento educativo especializado dentro do contexto da própria escola. Só assim aconteceria a equidade, indispensável ao processo inclusivo, como veremos no item a seguir.

A SALA DO AEE COMO LÓCUS DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO À CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

De acordo com o Decreto nº 5.296, a deficiência mental, atualmente denominada como deficiência intelectual, refere-se ao "[...] funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas." (BRASIL, 2004 E).

Para Rodrigues (2010), as características do indivíduo com deficiência intelectual são: Falta de concentração, Entraves na comunicação e na interação, Menor capacidade para entender a lógica de funcionamento das línguas, por não compreender a representação escrita ou necessitar de um sistema de aprendizado diferente. Esse quadro denota a necessidade de um trabalho complementar aos desenvolvidos em sala de aula, especializados nas dificuldades de aprendizagem.

Historicamente temos testemunhado um processo de produção teórica que relata a influência da Psicopedagogia no atendimento às dificuldades de aprendizagem de alunos com deficiência. Entretanto, a própria história da Psicopedagogia enquanto área de conhecimento é relativamente recente. Mas decorrente das legislações e decretos publicados nos últimos anos dos quais enfatizam os direitos das pessoas com deficiência á escolarização, o papel do psicopedagogo ficou mais efetivo junto ao aluno com deficiência e transtorno do desenvolvimento.

Na atualidade, no âmbito da instituição escolar, o atendimento psicopedagógico ficou facilitado com a implantação das salas de AEE. As salas do Atendimento Educativo Especializado – AEE, também conhecidas como sala de recursos são ricas em jogos, brinquedos e outros recursos pedagógicos para o desenvolvimento da criança, que vem implicando no desenvolvimento cognitivo, no letramento e na ampliação da linguagem dos infantes, bem como no desenvolvimento global.

Portanto, a principal ferramenta da intervenção psicopedagógica na sala do AEE é a lúdica. Falar no lúdico como instrumento de aplicação da Psicopedagogia para o desenvolvimento da criança requer um conhecimento múltiplo nas diversas áreas, pois para entender esse processo implica em compreender a infância como momento de transição na vida de todo ser humano.

O AEE dar-se em uma sala específica, bem equipada e com estrutura adequada ao desenvolvimento dos aprendentes. Mas, o mais importante não é o espaço físico ou os recursos, mas os profissionais que lá trabalham em prol do desenvolvimento da criança, entre esses o Psicopedagogo. Esses profissionais identificam as necessidades de alunos com deficiência, com altas habilidades e com transtornos gerais do desenvolvimento; elaboram plano de atuação dos atendimentos, propondo serviços e recursos de acessibilidade curricular material e física de acordo com as necessidades de cada aluno com deficiência.

Os psicopedagogos também produzem materiais didáticos e instrumentos para auxiliar o aluno com deficiência nas suas necessidades curriculares do dia a dia, ou seja, da sala de aula regular. Orientam a aquisição e identifica matérias que possam auxiliar os alunos nas suas atividades, como software, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos, dicionários e demais equipamentos.

Portanto o psicopedagogo pode e deve atuar na sala de AEE, junto a outros educadores especialistas em outras áreas, com as seguintes ações: Desenvolvimento dos processos mentais

superiores; Programas de enriquecimento curricular; Adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos; Tecnologia assistiva entre outros recursos personalizados para cada caso de alunos com laudo médico, laudo esse que o habilita a ser usuário do referido atendimento.

Além disso, podemos perceber que os profissionais do AEE acompanham o uso dos materiais na sala de aula do ensino regular frequentado pelo aluno, verifica a funcionalidade e aplicabilidade, os efeitos, as possibilidades, os limites, distorções do uso na sala de aula, na escola e na casa do aluno. O AEE orienta também os professores do ensino regular e a família dos alunos a utilizarem os materiais e recursos de uma maneira que beneficie o aluno com deficiência, além de fornecer formação continuada aos professores, (formação em serviço).

O DESENVOLVIMENTO DA COGNIÇÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A PARTIR DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO AEE

Para Piaget, “[...]o desenvolvimento cognitivo pode ser compreendido como a aquisição sucessiva de estruturas lógicas, cada vez mais complexas” (CARRETERO, p. 22, 1997: 22). Para compreendermos esta definição é fundamental que saibamos o que é uma estrutura lógica. Ora, uma estrutura lógica é uma condição virtual para resolvermos problemas e adquirirmos conhecimento.

No ponto de vista de Piaget, o desenvolvimento da cognição está atrelado ao desenvolvimento da linguagem, e é um processo ativo e depende da interação entre o indivíduo e o ambiente. As crianças não possuem um conjunto pré-definido de habilidades mentais e nem são recipientes passivo de estímulos do ambiente. A partir da infância, o movimento cada vez mais dá lugar ao pensamento e o aprendizado continua a ser um processo interativo. (WEYTEN, 2002).

Vigotsky, em formação social da mente (1984), diz que a infância é um período do desenvolvimento do indivíduo, período esse com características próprias, mas que tem variações de acordo com o contexto sócio cultural do indivíduo. Entretanto o ser humano não nasce pronto, ele é um contínuo de avanços e retrocessos, onde o desenvolvimento leva em conta fatores genéticos e sócio-culturais, onde a língua e a linguagem são influenciadas pelo meio e influenciam o ser em formação e, por conseguinte, a sua cognição.

Segundo os referidos autores, toda criança necessita ter a sua cognição estimulada para poder se desenvolver nos aspectos cognitivos e, por conseguinte, aprender. Se eles dão essa orientação para a evolução de crianças com desenvolvimento típico, esses estímulos devem ser ainda mais enfático com as crianças com deficiência.

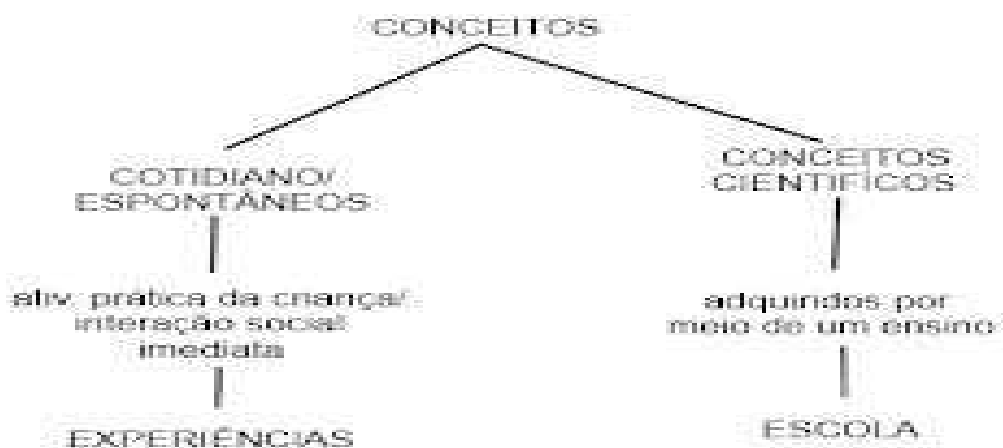
A atenção é uma das funções da criança com deficiência intelectual mais comprometida, e esta é uma das funções cognitivas mais importantes envolvidas no ato de aprender. Seleccionando tudo que é significativo e relevante, o aprendente faz um filtro dentre os vários estímulos o qual será exposto cotidianamente, quer seja na escola ou na vida social e familiar. Por ser perpassada pelas

emoções, a atenção tanto pode ser "fortalecida" ou "enfraquecida" por elas. Para que o aprendiz mantenha o foco da atenção num determinado estímulo, é preciso que esse estímulo tenha despertado um real interesse no indivíduo. Tudo que é apreendido pela ótica da atenção se destaca na mente do aprendiz e irradia significados, abrindo-se portas para o ato de aprender, ou seja, para a construção do conhecimento que se dá em forma de rede de saberes.

A linguagem como elemento importante do desenvolvimento cognitivo, é definida como a expansão gradual, em complexidade e significado, dos símbolos e sons conforme percebidos e interpretados pelo indivíduo através do processo de maturação e aprendizagem. A linguagem se traduz na própria fala, e “[...] a função primordial da fala é o contato social, a comunicação; isto quer dizer que o desenvolvimento da linguagem é impulsionado pela necessidade de comunicação [...]”. (VYGOTSKY, 1984, *apud* REGO, 1995, p. 64). Essa comunicação e interlocução cotidiana enriquecem a construção dos saberes, sejam esses científicos ou cotidianos, gerando o desenvolvimento cognitivo.

O dito acima pode ser exemplificado e ilustrado com a figura explicativa que se segue, uma vez que ela traz um esquema explicativo da aquisição dos conceitos pelos aprendizes, fora ou dentro do contexto escolar.

FIGURA 1



FONTE: <http://para-gostardeler.blogspot.com.br/2011/08/piaget-vygotsky-wallon-teorias.html>

Como explicitado na figura, para Vygotsky (1984, *apud* REGO, 1995, p. 65), na medida em que o indivíduo em formação “[...] interage e dialoga com os membros mais maduros de sua cultura, aprende a usar a linguagem como instrumento do pensamento e como meio de comunicação”. Continua argumentando que:

[...] Nesse momento o pensamento e a linguagem se associam, consequentemente o pensamento torna-se verbal e a fala racional. [...] É interessante analisar com mais

detalhe as explicações de Vygotsky sobre o processo de conquista da utilização da linguagem como instrumento de pensamento, que evidencia o modo pelo qual a criança interioriza os padrões de comportamento fornecidos por seu grupo cultural. (VYGOTSKY, 1984, *apud* REGO, 1995, p. 65).

Esse processo, portanto, se inicia na infância e vai se ampliando ao longo da vida dos indivíduos. Em se tratando do indivíduo com deficiência intelectual, privá-lo de um convívio social com interações ricas em várias linguagens, prejudicaria muito o desenvolvimento cognitivo e linguístico, sem falar do desenvolvimento psicossocial.

No que diz respeito ao papel da Psicopedagogia, frente a uma queixa de dificuldade na aprendizagem, seja ela de caráter primária ou associada a distúrbios psiconeurológicos, é averiguar como aquele sujeito, particular e único, interage com os membros e desempenha essa adaptação. Para tanto, faz uso de métodos para colher e analisar informações em busca de parâmetros para a compreensão do fenômeno (SILVA, 2009). Deste modo, a Psicopedagogia deve ser entendida como uma área interdisciplinar que pretende compartilhar as reflexões, pesquisas e atuação dos aspectos relacionados ao processo ensino/aprendizagem (ANDRADE, 1998). Assim, a Psicopedagogia, é uma nova área de atuação profissional, que tem como objeto de trabalho o processo de aprendizagem e suas dificuldades, englobando vários campos de conhecimento, integrando-os e sintetizando-os (MENDEL; GODINHO, 2009).

Nesse sentido, o trabalho do psicopedagogo, no contexto da sala de AEE, é fundamental para o desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual.

A LEGISLAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA DO AEE

O Atendimento Educativo Especializado (AEE) está amparado pelo Decreto 6.571/2008 e pelo Plano Nacional de Educação. Portanto, não é só uma política pública de Governo, mas de Estado. O PNE (Plano Nacional de Educação) faz referência a importância de se implementar adequadamente a educação de alunos com deficiência, dedicando uma de suas metas a essa modalidade, a Meta 4, que preconiza textualmente: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O referido documento (PNE), traz algumas estratégias para a implementação da Meta 4, tais como: implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas; garantir a oferta do atendimento educacional

especializado complementar e suplementar a todos os/as alunos/as com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de diagnóstico e ouvida a família; fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado; fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas na promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade, dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

O Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, em seu Art. 3º enfatiza que o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos no referido Decreto (BRASIL, 2008):

- I - implantação de salas de recursos multifuncionais;
- II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;
- IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
- VI - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Na Alínea 1ª do Artigo 3º, o documento enfatiza que: “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2008)

Já as Alíneas 1º e 2º do Artigo 4º ressalta textualmente que considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular; continua ressaltando que o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

No Artigo 2º, são colocados como objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Para fechar o estudo dessa temática, dando continuidade ao trabalho, abordaremos a seguir as considerações finais que traz a análises dos dados teóricos encontrados, bem como os limites do estudo, além das contribuições.

METODOLOGIA

O presente trabalho pauta-se de um delineamento do tipo bibliográfico e documental de natureza qualitativa descritiva, tendo como objetivo primordial analisar a importância da intervenção psicopedagógica dentro da sala de atendimento educativo especializado.

INSTRUMENTOS

Nesta pesquisa foi utilizado livros, Documentos Oficiais, Revistas Eletrônica e Sites Acadêmicos.

ANÁLISE DOS DADOS

As análises dos dados foram feitas a partir dos referidos documentos. Adiante serão mostradas as considerações finais do trabalho, trazendo o que foi encontrado com a pesquisa, as limitações e as possíveis contribuições do Psicopedagogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o levantamento teórico realizado à luz da exploração das concepções de consagrados estudiosos, é possível antever o potencial educativo que as salas do AEE possuem e suas contribuições para a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, na qual, de forma lúdica e concreta, as crianças desenvolvem também algumas concepções de relevante importância para a vida em sociedade, como por exemplo, a noção das regras e também dos papéis sociais.

Portanto, notadamente, o AEE ou Salas de Recursos Multifuncionais se caracteriza como elemento indispensável na escola inclusiva, pois proporciona os recursos de acessibilidade na educação dos alunos com deficiência, os quais asseguram condições de acesso ao currículo, por parte desses alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos.

Os limites desse estudo está situado na falta de tempo e condições de empreendermos uma pesquisa de campo para fazer um comparativo, entre o aporte teórico e a prática efetiva do AEE no contexto da escola inclusiva. Mas acreditamos que, com esse apanhado teórico, tenhamos continuidade para subsidiar a ação psicopedagógica no contexto de AEE.

Nesse contexto, também podemos contar com a especializada contribuição do psicopedagogo para ampliar as possibilidades de desenvolvimento dos aprendentes com deficiência intelectual e outras tantas deficiências. Portanto, acreditamos no potencial dos atendimentos psicopedagógicos no contexto das salas de AEE, na qual o psicopedagogo pode trabalhar as seguintes demandas: Desenvolvimento dos processos mentais superiores; Programas de enriquecimento curricular; Adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos; Tecnologia assistiva entre outros.

Conclui-se que a sala de AEE pode favorecer o aprendizado de alunos com deficiência porque trabalha com as múltiplas inteligências, com diversos recursos que dão prazer no aprender. Pois, consideramos que a absorção de novos conhecimentos esta aliada ao prazer, e é nessa busca de estímulos, de motivação, somado a possibilidade de favorecer um ambiente harmonioso e interpessoal, que esse atendimento se destaca no desenvolvimento do indivíduo com deficiência na escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. S. **Psicopedagogia clínica**: manual de aplicação prática para diagnóstico de distúrbios do aprendizado. 1. ed. São Paulo: Póluss, 1998.

BRASIL. Declaração de Jomtien. In: **Conferência Mundial sobre Educação para Todos**, em Jomtien, Tailândia. Brasília: MEC/SEESP, 1990.

BRASIL. **O Estatuto da Criança e Adolescente - ECA**, Lei nº 8.069. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. In: **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Convenção da Guatemala**. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. **Política Nacional para a integração do portador de necessidades educativas especiais** - Decreto 3298/99. Brasília: MEC/SEESP, 2004 B.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **PNE - Plano Nacional de Educação** – 2011/2021. Dispõe sobre o a educação Brasileira no decênio 2011 a 2021. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 02, de 2001. Brasília: MEC/SEESP, 2004 C.

BRASIL. **Convenção Internacional para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência**. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Brasília: MEC/SEESP, 2004 D.

BRASIL. Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 E. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70 > Acesso em: 15 jul. 2014

GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 3 ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

GROPPO, Luiz Antônio; MARTINS, Marcos Francisco. **Introdução à Pesquisa em educação**, 2ª edição, Piracicaba, SP: Biscalchin Editor, 2007.

MENDEL, S. M.; GODINHO, L. B. R. **Resiliência: Aspectos Psicopedagógicos e Psicológicos**. 2009. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/artigos/119.pdf>>. Acesso em: 22 de Maio de 2014.

OLIVEIRA, Márcia Paiva et al. **Elaboração de TCC: orientações e normas**. João Pessoa: UNIPÊ, 2009.

PIAGET, Jean. **Problema de Psicologia Genética**. Série Os Pensadores. São Paulo: Victor Civita, 1978.

PIGNATARI, D. **Informação, Linguagem, Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1996.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RODRIGUES, Cinthia. **Formas criativas para estimular a mente de alunos com deficiência**. Revista nova escola. Edição 223, jun. 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.Abril.Com.Br/inclusao/educacao-especial/formas-criativas-estimular-mente-deficientes--intelectuais-476406.Shtml>> acesso em: 15 jul. 2010.

SCHAFF, Adam. **Linguagem e Conhecimento**. Portugal, Coimbra: Almedina, 1974.

STAINBACK, Susan e STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SILVA, M. L. Q. S. **Avaliação Psicopedagógica - Protocolo Breve**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUCPR, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2756_1730.pdf>. Acesso em: 22 de Maio de 2013.

WEYTEN, Wayne. **Introdução à Psicologia: temas e variações**. 4 ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente** – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A R. **Estudos sobre a história do comportamento**: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos da Defectologia** – Obras Completas – tomo cinco. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROSILENE MOREIRA PANTOJA

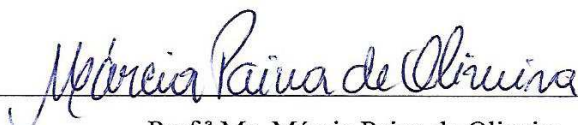
**ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA JUNTO À CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL: O ATENDIMENTO EDUCATIVO ESPECIALIZADO (AEE)
COMO POSSIBILITADOR DA INCLUSÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Psicopedagogia, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovado (a) em: 18 de agosto de 2014.

Nota 9,0

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ms. Márcia Paiva de Oliveira
Professor do departamento de Psicopedagogia/CE/UFPB
(Orientador)



Prof.º Ms. Silvestre Rodrigues Coelho
Professor do Departamento de Psicopedagogia/CE/UFPB
(Examinador)

Data da defesa: 18 de Agosto de 2014

João Pessoa
2014